- LXXX -**EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE CAMPINAS/SP E O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO****Pedro Ganzeli**Faculdade de Educação / UNICAMP
ganzeli@unicamp.br**Rosane Garcia Dorazio Nogueira**Secretaria Municipal de Educação Campinas/SP
rosanedorazio@uol.com.br

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Introdução

Na história da educação brasileira verificamos políticas e experiências educativas que buscaram, a partir de um determinado projeto societário, promover a educação integral aos cidadãos. (CAVALIERE, 2009)

Esta comunicação tem por objetivo analisar a política de educação integral implementada na rede municipal de educação de Campinas/SP, buscando compreender o processo de construção do planejamento participativo¹.

Adotamos como metodologia da pesquisa a abordagem qualitativa, utilizando como procedimento a análise documental da legislação municipal pertinente. (LAVILLE e DIONNE, 1999)

Inicialmente apresentaremos os determinantes constitucionais que informam a educação integral no Brasil, para, em seguida, analisarmos o Plano Municipal de Educação de Campinas e o Projeto Piloto ‘Escola de Educação Integral – EEI’, tendo como foco a construção do Projeto Político Pedagógico participativo da unidade escolar.

Planejamento Participativo: orientações para a escola de educação integral

A construção do conceito de educação integral passa necessariamente, a nosso ver, pelos preceitos expressos na Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988 e

¹ Este trabalho é resultado parcial da pesquisa “A construção da educação integral: projeto político pedagógico participativo e democrático”, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) nº 2017/14814-0, coordenada pelo professor doutor Pedro Ganzeli, FE/UNICAMP.

dispositivos legais que a regulamentam, bem como no movimento político administrativo que informa a organização da educação no Brasil.

A Constituição Federal define o Estado Democrático de Direito como fundamento da organização social, política e econômica do Brasil, o que confere ao Estado a obrigação da elaboração e implementação de políticas públicas para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais (DUARTE, 2004). Nos termos constitucionais, a educação, enquanto direito social (Art. 6º) deve ser promovida, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205). Compreende-se assim a educação integral como sendo aquela que promove a pessoa em sua dimensão física, intelectual e psicológica, proporciona a formação para o exercício da cidadania e garante o preparo do indivíduo para seu ingresso no mundo do trabalho. A gestão democrática do ensino público, como princípio constitucional (Art. 206), deve orientar a organização dos sistemas, das redes e unidades educacionais em todo território nacional. A ausência de um desses determinantes constitucionais, inviabiliza o processo de educação em sua totalidade, ou seja, impede a existência da educação integral.

Para a construção da educação integral torna-se necessário um projeto político pedagógico que atenda os preceitos constitucionais.

No Plano Municipal de Educação (2015/2025) do município de Campinas, SP (Lei Municipal nº 15.029, de 24 de junho de 2015), em sua meta 6 “Educação Integral”, apresenta 7 estratégias das quais destacamos três:

- 6.6 - Criar subsídios e viabilizar construção curricular nas escolas de Educação Integral que garanta a permanência dos alunos em jornada ampliada, contemplando as múltiplas dimensões formativas dos sujeitos, sem hierarquização e fragmentação das diferentes áreas do conhecimento no espaço e tempo curricular;
- 6.7 - Assegurar jornada adequada ao trabalho pedagógico das escolas de Educação Integral a todos os profissionais;
- 6.8 - Garantir estudo e ações que limitem o número de alunos por professor. Que a relação professor/aluno seja definida por etapa, considerando as seguintes diretrizes:
 - a) para o ensino fundamental, anos iniciais: 20/25 estudantes por turma;
 - b) para o ensino fundamental, anos finais: 25/30 estudantes por turma.

Evidencia-se nessas estratégias a preocupação dos proponentes sobre a organização: do espaço escolar, curricular, do trabalho docente e da relação aluno/turma, de forma a viabilizar um atendimento qualificado nas escolas de educação integral.

Em janeiro de 2014, antecipando o Plano Municipal de Educação, foi instituído o “Projeto Piloto ‘Escola de Educação Integral – EEI’”, pelo Decreto nº 18.242, sendo criada uma comissão formada por membros da Secretaria Municipal de Educação, para a definição das diretrizes do Projeto Piloto. Os alunos nas EEIs passaram a ter jornada mínima de 7 horas de permanência diária, totalizando o máximo de 45 horas/aulas semanais. Para os professores foi criada uma jornada de

24/40 horas-aula – Integral I, em período integral, garantindo a permanência do professor em uma única unidade escolar. Em 2017, seis unidades escolares foram transformadas em EEIs.

A normativa determinou que os componentes curriculares, tempos e espaços pedagógicos da EEI deveriam ser organizados por Eixos de Trabalho, definidos com a participação da comunidade escolar por meio dos órgãos colegiados das unidades educacionais e das equipes educativas dos órgãos descentralizados da Secretaria Municipal de Educação de Campinas. Foi destacada a importância do trabalho coletivo para a construção do projeto pedagógico da EEI.

O Projeto Piloto indicou a importância do aumento da jornada escolar, destacando, também, a necessidade de qualificação e articulação das atividades educativas, com a elaboração de projeto numa “perspectiva articulada, integrada e interdisciplinar” tendo por base ‘Eixos de Trabalho’, compreendidos como áreas mais amplas do conhecimento que estabelecem relações entre os componentes curriculares e as práticas sociais.

Na elaboração dos Eixos de Trabalho devem ser considerados os seguintes fundamentos: proposta de trabalho que integre as turmas de cada ciclo, planejamento realizado de forma coletiva tendo como perspectiva a formação humana, integrando eixos e ciclos; turmas menores favorecendo trabalhos por eixos; constituição de equipes multidisciplinares de professores e avaliação coletiva do trabalho em cada eixo. (PROJETO PILOTO, 2014, p.11-12)

Considerações finais

A dimensão social de educar para a democracia, exige a participação na tomada de decisão de todos os envolvidos nos processos de gestão escolar (PARO, 2007, LIMA, 2014). A política de educação integral na rede municipal de educação de Campinas/SP, conforme as orientações previstas no Projeto Piloto, promove a autonomia da unidade escolar, responsável pela elaboração do Projeto Político Pedagógico, incentivando o trabalho coletivo dos profissionais da escola, bem como a participação da comunidade escolar, possibilitando o desenvolvimento do planejamento participativo.

Referências

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. 1988.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996.

BRASIL. *Lei nº 13.005*, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm, Acesso em 11 nov. 2014.

CAMPINAS (MUNICÍPIO) ***Lei nº 15.029, de 24 de junho de 2015, institui o Plano Municipal de Educação, na conformidade do artigo 6º da Lei nº 12.501, de 13 de março de 2006, do município de Campinas, Estado de São Paulo. Publicado no DOM 26/06/2015, p.1-8.***

CAMPINAS (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO) *Projeto Piloto para a Escola de Educação Integral: uma proposta em construção no município de Campinas*, Campinas, Secretaria Municipal de Educação de Campinas, SP, janeiro de 2014.

CAMPINAS (MUNICÍPIO) *Decreto nº 18.242*, Dispõe sobre a criação do Projeto Piloto de Escolas de Educação Integral (EEI) da rede pública municipal de ensino de Campinas e dá outras providências. de 24 de janeiro de 2014.

CAVALIERE, A. M. “Escolas de tempo integral *versus* alunos de tempo integral” In *Em Aberto* Brasília, v.22, n.80, abr. 2009

DUARTE, C. S. “Direito Público Subjetivo e Políticas Educacionais” In *São Paulo em Perspectiva*, V.18, nº 2, p. 113-118, jun. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 dez. 2016.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. *A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas* Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Licínio C.. *A Gestão Democrática das Escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária?* *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1067-1083, dez. 2014

PARO, V. H. *Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino* São Paulo, Ática, 2007.